

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de História

Coronelismo no Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1889-1930)

Luiz Alves Ferreira



Natal/RN

2003.1

Luiz Alves Ferreira



Coronelismo no Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1889-1930)

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Almir de Carvalho Bueno.

Natal/RN

2003

“Engana-se quem pensa que o coronelismo morreu com os velhos coronéis. O coronel já desapareceu, mas o mandonismo político e econômico se mantém vivo, com outras armas, como o talão de cheque, o trator e o arame farpado; prosperando sob novos disfarces.”(LINS, Wilson et al, Coronéis e oligarquias, p.25).

Aos meus avós maternos (in memóriam), pelo apoio que me deram para que um dia pudesse galgar os bancos da Universidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Seria impossível enumerar todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que alcançasse mais uma vitória na minha vida.

Inicialmente quero agradecer a Deus, por ter me dado saúde, paz e coragem para que enfrentasse e superasse todos os obstáculos que apareceram no decorrer dessa caminhada de 6(seis) anos. Ao professor Almir Bueno (orientador deste trabalho monográfico) pelo apoio e motivação dado nos momentos mais difícil deste trabalho. Ao meu amigo Edvaldo Bispo, que mesmo sem tempo disponível contribuiu com a correção ortográfica deste texto.

Aos meus pais, Luis José Ferreira (in memóriam) e Gizelda Alves Gadelha, a minha esposa Silvânia do Amaral Ferreira, aos meus filhos(as) Ana Ruth Galvão Ferreira, Sílvio do Amaral Alves Ferreira e Ana Elita do Amaral Ferreira, aos quais não pude dar a atenção necessária, pois debruçava-me nos livros em busca de concluir este trabalho. Aos meus amigos(as) que sempre acreditaram que eu fosse capaz de superar as dificuldades e atingir o meu objetivo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A ECONOMIA, A SOCIEDADE E A POLÍTICA</b>	<b>10</b>
1.1 - A economia	10
1.2 - A sociedade	16
1.3 - A política	21
<b>CAPÍTULO 2 – O RIO GRANDE DO NORTE NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: A ECONOMIA, A SOCIEDADE E A POLÍTICA</b>	<b>23</b>
2.1 - A economia	23
2.2 - A sociedade	29
2.3 - A política	31
<b>CAPÍTULO 3 – CORONELISMO NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)</b>	<b>35</b>
3.1 - A origem do coronelismo	35
3.2 - O “coronel”	37
3.3 - Presença de “coronéis” no litoral do Estado do Rio Grande do Norte	39
3.4 - O Seridó e a força dos “coronéis”.	42
3.5 - “Coronel José Bezerra de Araújo Galvão” chefe incontestado do Seridó	43
3.6 - Os “coronéis” e as eleições durante a Primeira República	47
<b>4 - CONCLUSÃO</b>	<b>49</b>
<b>5 - BIBLIOGRAFIA</b>	<b>50</b>

*Obs. Fazer mais referências aos aspectos específicos no RN.*

## INTRODUÇÃO

Fenômeno político-social com implicações econômicas, o “coronelismo” foi objeto de estudos realizados por diversos pesquisadores norte-riograndenses, como, por exemplo, Manoel Rodrigues de Melo e José Antonio Spinelli Lindoso e por alunos concluintes do Curso de História da UFRN que tiveram seus trabalhos monográficos voltados para esta temática, como foram os casos de Francisca Lúcia de Melo, que pesquisou sobre as práticas coronelistas na região do Trairi (1945-1955) e Simone Fonseca Silveira que estudou o tema “Os Montenegros no Vale do Açu: um jugo coronelista?”, ambos apresentados no ano de 1995. No entanto, esses trabalhos enfocam o “coronelismo” restrito a uma determinada região do estado, contrário ao que nos propomos realizar, que é focar o “coronelismo” no Rio Grande do Norte, em geral no decorrer da Primeira República (1889-1930).

Apesar de ser um tema muito estudado o nosso interesse é fruto de inquietação quando estávamos na fase de levantamento bibliográfico, quando da elaboração do projeto de pesquisa. Naquele momento, em que realizávamos a leitura dos trabalhos monográficos anteriormente citados, muitos questionamentos vieram à tona, entre os quais podemos citar: como se originou o coronelismo em nosso estado? Como os “coronéis” agiam diante da grande quantidade de agregados que viviam sob sua “proteção”? Estavam os coronéis espalhados pelas mais diversas regiões do território potiguar ou se faziam presentes apenas no Seridó e Oeste do nosso estado? O que os coronéis faziam para manter sob seus domínios os “votos de cabresto” e os “currais eleitorais”? O que fazia o coronel José Bezerra de Araújo Galvão ser estimado pela população curraisnovense? Como os coronéis agiam nos momentos das eleições? As respostas dadas a estas questões contribuiriam para alcançarmos o objetivo do nosso trabalho.

A escolha pelo período da Primeira República (1889-1930) foi motivada pelo fato de que esta é a fase da história política do Brasil de maior florescimento do “coronelismo”, pois, <sup>no</sup> ~~a~~ nível nacional, os grandes cafeicultores do estado de São Paulo, os “coronéis” do café, juntamente com os criadores de gado, do estado de Minas Gerais, através da política “café com leite” revezaram-se na presidência da República até o advento da Revolução de 1930. O Rio Grande do Norte, estado pobre e atrasado, foi dominado política e economicamente por duas oligarquias, primeiramente pelos Albuquerque Maranhão, os

“coronéis do açúcar” e posteriormente pelos Medeiros do Seridó, os “coronéis do algodão”.

O tema em estudo possui uma bibliografia bastante vasta e diversificada. No decorrer deste trabalho, utilizamos obras gerais e específicas. As primeiras serviram para fazermos uma contextualização do tema, como foi o caso do texto de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*; o de Maria Izaura Pereira de Queiroz, “O coronelismo numa interpretação sociológica”; Raymundo Faoro, *Os donos do poder*; o de Eul-Soo Pang, *Coronelismo e oligarquia*; e o de Wilson Lins *et al*, *Coronéis e oligarquias*. Quanto às bibliografias específicas, elas nos deram suporte para o desenvolvimento do terceiro capítulo do nosso trabalho, que trata, de forma específica, do coronelismo no Rio Grande do Norte. Dentre as obras pesquisadas, podemos citar: Manoel Rodrigues de Melo, *Patriarcas e Carreiros*, na qual o autor retrata a figura do “coronel”, endeusando-o; Cícero José Soares Neto, *O Seridó e os votos de porteira batida*; e José Antônio Spinelli Lindoso *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó*, que nos deu condições para entender a força dos “coronéis” no processo político e econômico do Rio Grande do Norte na Primeira República (1889-1930).<sup>1</sup>

Os conceitos de “coronelismo” e “oligarquia” são de fundamental importância para entender como se desenvolveu o fenômeno coronelista no Brasil, especificamente no território potiguar. Em relação ao primeiro, recorremos a Leal, que entendeu o coronelismo como sendo “... resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (...) é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras...”<sup>2</sup> e Queiroz, que entende o coronelismo como uma

<sup>1</sup> No tocante às obras que tratam do “coronelismo” de modo geral, consultar Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*; Queiroz, Maria Izaura Pereira de. “O coronelismo numa interpretação sociológica” In: Fausto, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, v. 9, cap. 3; Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*, cap. 14, pp. 620-54; Lins, Wilson et al., *Coronéis e oligarquias*. Em relação às específicas, ver Melo, Manoel Rodrigues de. *Patriarcas e carreiros*; Lindoso, José Antonio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó*; e Soares Neto, Cícero José Alves. *O Seridó e os votos de porteira batida*.

<sup>2</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p.40

estrutura política por intermédio da qual os chefes de clãs rurais e grandes latifundiários assumiram o controle de ação política, pelo qual o coronelismo é entendido como poder político exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha do candidato por eles indicado. No tocante ao conceito de oligarquia, recorremos a Lindoso, que, apoiando-se em Edward Shils, define oligarquia como sendo “um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com boa organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiante na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros. É um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição.<sup>3</sup>

Esta monografia divide-se em três capítulos. No primeiro tratamos da conjuntura econômica, política e social do Brasil na Primeira República (1889-1930), o que nos trouxe a base para compreensão do domínio dos grupos agrários, sobretudo dos cafeicultores de São Paulo, que juntamente com os criadores de gado de Minas Gerais, dominaram a política e a economia brasileira naquela fase, contribuindo para que o “coronelismo” se fortalecesse naquela região do país. Já no segundo capítulo enfatizamos a economia, a sociedade e a política norte-riograndense, as quais serviram de “pano de fundo” para que o Rio Grande do Norte, ficasse sob o domínio político e econômico das oligarquias Albuquerque Maranhão, num primeiro momento e dos Medeiros do Seridó no decorrer do período em estudo. Finalmente, no terceiro capítulo, tratamos do coronelismo no Rio Grande do Norte no decorrer da Primeira República (1889-1930), enfocando a sua origem no estado, a utilização do termo “coronel”, a presença de “coronéis” nas regiões oeste, Seridó, e litoral, o coronel José Augusto Bezerra Galvão para estudo de caso e o papel dos coronéis nas eleições.

---

<sup>3</sup> LINDOSO, José Antonio Spinelli. Op cit., p.9

# CAPÍTULO 1: O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A ECONOMIA, A SOCIEDADE E A POLÍTICA



## 1.1 Economia

A economia brasileira no decorrer da Primeira República (1889-1930) foi marcada pela produção agrícola, com destaque para o cultivo do café, do algodão e da cana-de-açúcar. Além da agricultura, a extração do látex e a incipiente industrialização que se formava naquele momento, sobretudo de gêneros alimentícios, formavam o “ pilar” da nossa economia.

Podemos considerar o café o produto “mestre” entre a Segunda metade do período imperial e a primeira fase do período republicano. A cultura cafeeira passou a dominar a economia brasileira após o açúcar entrar em plena decadência, fato este que veio proporcionar a transferência do eixo econômico e político do Nordeste para o Sudeste do Brasil. Com relação a essa decadência Edgard Carone afirma: “Enquanto se retrai a economia do nordeste com a decadência do algodão, do açúcar e do tabaco, desenvolve-se a economia cafeeira nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo”.<sup>4</sup>

O cultivo do café despontou primeiramente no vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro, alastrou-se pela Zona da mata mineira e alcançou o oeste da província de São Paulo. Fatores como a exaustão de terra e aplicações de técnicas rudimentares contribuíram para que houvesse uma decadência na produção cafeeira na região aonde o mesmo surgirá. Porém, isso não aconteceu nas províncias mineiras e paulistas, pois naquelas regiões as condições físicas como: solos ricos e propícios para o cultivo, clima quente, poucas geadas proporcionaram um melhor desenvolvimento da rubíacea naquelas regiões. Esses fatores foram preponderantes para que São Paulo se destacasse na produção de café. Para Carone, as condições físicas encontradas na província paulista, foram fundamentais para que no final do período imperial, São Paulo superasse Rio de Janeiro e Minas Gerais na produção cafeeira.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classe sociais (1889-1930)*, p. 27.

<sup>5</sup> Idem, p.29.

A produção cafeeira no território brasileiro no decorrer da República Velha (1889-1930) tornou-se objeto de pesquisa por parte de muitos pesquisadores. Assim como Edgard Carone, Boris Fausto retrata a questão do cultivo do café. Segundo o autor, apesar da rubiácea ter surgido no vale do Paraíba, foi no oeste paulista que ela encontrou condições para se expandir com maior facilidade. Os solos de melhor qualidade do que os do vale, a utilização de técnicas modernas no plantio e no beneficiamento contribuiu para o sucesso da lavoura cafeeira no oeste de São Paulo.<sup>6</sup>

Assim como ocorrerá com a cana-de-açúcar a produção cafeeira objetivava atender ao mercado externo. No entanto, a produção do café no Brasil não se deu de forma homogênea, quedas e aumentos foram uma constante no decorrer da Primeira República. As quedas e os aumentos da produção e do preço do café estão relacionados a acontecimentos internos e externos. Internamente a abolição da escravidão ocorrida no final do século XIX, contribuiu para que ocorresse uma queda na produção da rubiácea, assim como a crise mundial ocorrida entre 1892-1893 atingiu de forma direta a produção e o preço do café no Brasil.

Antes do advento da abolição a produção cafeeira crescia anualmente. Após o ato da Princesa Isabel, ocorrerá uma queda de 50% (cinquenta por cento) na safra do café. Segundo Edgard Carone, a queda na produção cafeeira foi compensada economicamente pelos bons preços que o nosso “ouro preto” ostentava no mercado internacional.<sup>7</sup>

O efeito do 13 de maio de 1888 não atingiu as províncias produtoras de café com a mesma intensidade. Os produtores de café da província do Rio de Janeiro foram os mais afetados, ali, além da liberdade dada aos escravos, deve-se acrescentar a decadência da produção cafeeira motivada pela exaustão da terra. No entanto, o problema na província mineira foi solucionada com menos dificuldades. Porém, foi em São Paulo onde o ato da princesa Isabel teve menor repercussão, pois naquela província a imigração oficial já era uma realidade, contribuindo para que parte do serviço agrícola fosse realizado pelos imigrantes europeus.

A crise mundial de 1892-1893, que repercutiu nos Estados Unidos da América a partir de 1894, trouxe conseqüências para a produção e o preço do café. A saca de café que custava 4,09 libras em 1893 passou para 2,91 em 1896. No entanto, a queda no preço do

<sup>6</sup> FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: \_\_\_\_\_ (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, v. 8, p. 198.

<sup>7</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p.29.

produto não contribuiu para a queda na produção. Isto fez com que os produtores de café, entrassem em desespero.

Preocupados com os efeitos causados pela crise de 1896, cafeicultores, políticos e pessoas ligadas diretamente a produção cafeeira, passaram a reivindicar a intervenção governamental pretendendo com isso diminuir os efeitos da crise. Dentre estas pessoas estavam o deputado Érico Coelho, que propôs o monopólio do comércio de exportação do café.

O período de 1898-1906 foi marcado por uma série de protestos contra a crise que assolava a cultura cafeeira, em 1898, mercator preconizou a destruição de 20% da produção tentando obter um equilíbrio entre a produção e consumo. No ano 1899 o senador Alfredo Elis reivindicava auxílio ao lavrador e que fosse tomadas medidas externas para incentivar o consumo. Entre 1902-1903, Quintino Bocaiúva e Alfredo Elis pediram preço mínimo para o café, foi também nesse período que reuniu-se em São Paulo e Belo Horizonte o congresso de cafeicultores, onde os lavradores clamaram pela melhoria de preços e por empréstimos, tentando desta forma amenizar a crise que afetava a cultura cafeeira.<sup>8</sup>

Objetivando encontrar uma saída para a crise que afetava a produção cafeeira, reuniram-se na cidade de Taubaté, São Paulo, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1906, os presidentes de São Paulo (Jorge Tibiriçá), de Minas Gerais (Francisco Salles) e do Rio de Janeiro (Quintino Bocaiúva). Deste encontro resultou o acordo que ficou conhecido como Convênio de Taubaté, o qual objetivava retirar do mercado parte da safra, restringindo com isto a oferta e permitindo a elevação do preço internacional do café. Também se buscava estabilizar a taxa cambial em níveis mais baixos do que a vigente.<sup>9</sup>

Durante a Primeira República (1889-1930) o cultivo de produtos agrícolas não objetivava atender apenas às exportações. A economia de exportação, sobretudo a do café era complementada por uma agricultura de subsistência, na qual vários produtos eram cultivados com o objetivo de complementar a nossa economia. Para Carone, a economia de exportação, sobretudo do café é complementada pela plantação de cereais: milho; feijão; arroz; trigo e mandioca. Estes produtos são oriundos da pequena propriedade, do trabalho dos colonos e fornecedores de café e dos trabalhadores do Nordeste. Destina-se ao abastecimento do mercado interno, de importância local, não podendo irradiar-se

---

<sup>8</sup> Idem, pp.38-39

<sup>9</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit.v.8, p.215

nacionalmente devido às condições geográficas específicas de dificuldades de comunicação, barreiras alfandegárias estaduais e concorrência de similar estrangeiros”.<sup>10</sup>

No entanto, a economia brasileira durante a primeira República não ficou a mercê da produção agrícola, a extração do látex foi fundamental para a sobrevivência de parcela da população brasileira, sobretudo daqueles que habitavam os estados do Brasil (Amazonas, Pará e Acre). Diferentemente do café e do algodão, os quais são plantas cultiváveis, a borracha é uma planta nativa que se espalhou pelas Américas e pela África. No território brasileiro a borracha foi encontrada em abundância no vale do Amazonas, tendo sua extração se iniciado no terceiro decênio do século XIX, aumentando de forma considerável durante a Primeira República.

Apesar de ter entrado no comércio no último ano do século XIX, a produção do látex asiático cresceu de forma assustadora. Num intervalo de apenas 13 anos a Ásia Ampliou sua produção de 4 para 47.618 toneladas.<sup>11</sup>

Em virtude da concorrência sofrida pelo produto asiático, o preço e a produção da borracha brasileira foram constantemente entrando em decadência. Fazia-se necessário à elaboração de planos que viesse valorizar o produto e protegê-lo da concorrência do látex Asiático. Em 1912 foi idealizado pelo governo federal com o apoio dos governos do Pará e do Amazonas um plano de defesa da borracha, que preconizava transformações fundamentais para a região da Amazônia, assim como apresentava uma história da situação da borracha e dos problemas enfrentados. No entanto, este plano foi alvo de crítica por parte do Senador Paulista, o qual era defensor da valorização do café e contrário a extração do látex, uma vez que São Paulo era o Estado que recebia mais benefício com o cultivo do café. O desejo de não ver a borracha ser valorizada, motivou o Senador a fazer um pronunciamento em julho de 1912, na Câmara dos Deputados contrário ao plano, alegando que as despesas seriam altas.<sup>12</sup>

Primeiro produto agrícola cultivado no território brasileiro, o açúcar tinha o objetivo de atender ao mercado europeu, cultivada em grandes latifúndios e com o auxílio da mão-de-obra escrava. Apesar de ser a “mola mestre” da nossa economia até as últimas décadas do período colonial, o açúcar sofreu a concorrência de produtos estrangeiros, sobretudo de Java, Sumatra e Cuba, o que veio a contribuir para que os nossos produtos entrassem em

<sup>10</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p.69

<sup>11</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira na primeira república. In: FAUSTO, Boris (Dir.). Op. cit., v. 8, p. 301.

<sup>12</sup> Idem, pp. 303-5.

decadência, ainda no final do período colonial. No entanto, o processo de declínio da cultura canavieira foi interrompido na Primeira fase do período Republicano.

Segundo Edgard Carone, a produção açucareira sofreu uma ascensão durante a Primeira República, mais precisamente no período de 1916-1924. Para o autor foi uma reação momentânea, pois a partir de 1931 a exportação do açúcar voltou a entrar em decadência.<sup>13</sup>

Objetivando detectar as causas que levaram a decadência da produção açucareira a indústria do comércio do açúcar concluiu que fatores como a falta de estações experimentais, a fabricação grosseira, o mau tratamento do caldo e a falta de pessoal técnico dentre outros contribuíram para a decadência da produção açucareira. Numa tentativa de superar a crise, o governo imperial tomou medidas concretas com o objetivo de modernizar a produção, dentre elas estava a instalação dos Engenhos Centrais<sup>14</sup> e das Usinas, visando melhorar a produção e sanar as dificuldades enfrentadas pelos senhores de engenhos.

Com a proclamação da República a aristocracia açucareira veio receber o apoio esperado para as instalações das modernas fábricas de açúcar. O decreto de 15 de novembro de 1890, publicado pelo ministro da agricultura, comércio e indústria, Barão de Lucena veio motivar a fundação de pequenas usinas e o desenvolvimento de empresas do gênero açucareiro já existente. Tudo isto com o objetivo de favorecer os proprietários dos latifúndios da cana-de-açúcar.<sup>15</sup>

A substituição dos bangüês e dos engenhos centrais pelas modernas usinas contribuiu para que os senhores de engenhos que se encontravam em plena decadência perdesse o poder político e econômico em favor dos usineiros, originários dos decadentes senhores de engenhos e dos grupos que participavam de capitalização do açúcar. Porém, esta nova aristocracia era bastante restrita e conservadora, além de ser mais opressiva do que a antecessora.

Durante a Primeira República (1889-1930), a indústria recebeu um estímulo da agricultura onde parte do lucro obtido na produção cafeeira foi investido na incipiente industrialização que se formava no Brasil.

---

<sup>13</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p.32

<sup>14</sup> Os engenhos centrais consistiam em modernas fábricas de moagem de propriedade particular: nasciam com caráter semi-oficial e eram obrigados a moer cana de terceiros.

<sup>15</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p.33

O processo industrial teve início na Europa, má<sup>s</sup> precisamente na Inglaterra quando do advento da Revolução Industrial. Assim como a maioria dos países latino-americanos o Brasil iniciou o processo de industrialização de forma tardia, em virtude de apresentar uma economia voltada para a exportação e utilizar a mão-de-obra escrava, a qual ficava impedida de adquirir os produtos industrializados, fato este que impedia o desenvolvimento de um mercado consumidor interno, contribuindo para que ocorresse um atraso de 40 anos no processo de industrialização brasileira, em relação aos países “novos”.

Assim sendo a escravidão pode ser considerada como um empecilho para o desenvolvimento industrial no Brasil. Por outro lado, a utilização da mão-de-obra livre e assalariada no cultivo de café foi de fundamental importância para que a nossa indústria sofresse um impulso, uma vez que parte dos lucros obtidos na produção cafeeira foi utilizado na construção de estradas de ferro, docas, bancos e sociedades comerciais necessário para que ocorresse a expansão da atividade industrial em nosso território.<sup>16</sup>

Outro fator importante para que acontecesse a propagação do processo industrial foi a utilização da mão-de-obra imigrante. Em sua maioria jovens, do sexo masculino, os trabalhadores estrangeiros traziam consigo habilidades manuais e técnicas sobre o trabalho nas indústrias. Isto não acontecia com os nossos trabalhadores, os mesmos tinham se “libertado” do regime escravista, onde não tiveram condições de se alfabetizarem e nem tão pouco de obterem conhecimentos sobre as técnicas artesanais. Em virtude disso os imigrantes foram sempre preponderantes nas indústrias, enquanto que os trabalhadores nativos passaram a ser marginalizados no processo.

Desde o império o Brasil apresentava uma incipiente industrialização. Na República durante o encilhamento deu-se o impulso para a aceleração do processo capitalista. A emissão abundante da taxa-ouro e a elevação da pauta alfandegária que representava conjuntamente medidas de proteção industrial e fonte de renda fiscal. Essa fase de desenvolvimento da incipiente industrialização brasileira foi “atropelada” pela crise de 1910, quando parte das fábricas fecharam depois de sofrerem as conseqüências da falta de crédito, por sua vez decorrente da péssima situação financeira pela qual passava o país.

Até a primeira Guerra Mundial o processo de industrialização ocorreu de forma mais rápida. A abundância de energia elétrica, os capitais desviados do café, a nova taxa-ouro de Campos Sales e o aumento progressivo do mercado interno possibilitou um

---

<sup>16</sup> DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, v. 8, p. 252.

desenvolvimento industrial mais complexo, mas apenas em 1928 foi que pela primeira vez a renda industrial superou a lavoura.

Carone nos mostra que apesar da contínua evolução da indústria em nosso território no decorrer da Primeira República (1889-1930), essa era dispersa e encontrável nas pequenas cidades, o que se por um lado barateava o produto pela não necessidade de transporte, por outro mostra a forma rudimentar da técnica. Para o autor foi com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que o Brasil foi obrigado a intensificar o processo industrial, pois necessitava atender a demanda interna da produção.<sup>17</sup>

Segundo Wean Dean, a idéia defendida por Carone de que o Brasil teve um surto industrial no decorrer da Primeira Guerra Mundial é uma impressão errônea. Pois, presumia-se que a guerra tivesse criado uma procura satisfeita mercê da redução das importações que passaram a ser fornecidas pelas fábricas locais. Para o autor a elevação dos preços dos produtos importados eliminou a maior parte da procura efetiva. Em sua quase totalidade o vertiginoso declínio das importações não podia ser compensado pelas fábricas locais, porque estas não se achavam aparelhadas para produzirem espécies de artigos que tinham desaparecido.<sup>18</sup>

## 1.2 A sociedade

A sociedade de um determinado lugar é reflexo da sua economia. Desde os primórdios da nossa colonização que o Brasil apresenta uma economia de base agrária e uma população basicamente rural. Com o passar do tempo nossa sociedade sofreu transformações. No período colonial, quando o cultivo da cana-de-açúcar era a sustentáculo da nossa economia, o grupo representativo da nossa sociedade eram os senhores de engenho, os quais detinham o poder econômico e político sobre as demais parcelas da nossa sociedade, o binômio senhor-escravo perdurou até que a cana-de-açúcar entrasse em decadência, cedendo lugar para o cultivo do café no Sudeste do Brasil. Nos fins do império, algumas transformações vieram à tona, a expansão das forças produtivas

---

<sup>17</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., pp.73-4

<sup>18</sup> DEAN, Warren. Op. cit., pp.280-1

contribuiu para que alguns grupos sociais tradicionais entrassem em decadência, enquanto que outros mais complexos sofressem ascensão, como ocorreu com parte da aristocracia agrária cafeeira do Sudeste do Brasil. Abolição da escravidão proporcionou a marginalização de grande parcela da população brasileira, fato este que contribuiu para que o binômio senhor-escravo fosse gradativamente sendo substituído pelo binômio senhor-colono, estes últimos em quase sua totalidade oriunda dos países europeus.

Por tudo isto, pode considerar, a Primeira República (1889-1930) como uma fase de transição da sociedade brasileira, “Socialmente, a primeira República é época de transição entre dois períodos, um mais estável e estagnado, outro mais dinâmico e de estrutura de classes mais definidas”.<sup>19</sup>

Assim sendo, faz-se necessário um breve comentário a respeito dos grupos sociais que compunham a sociedade na Primeira República (1889-1930).

As oligarquias agrárias, as classes médias e a classe operária eram parcelas da população brasileira, no decorrer da Primeira fase do período republicano.

Inicialmente discutiremos sobre as oligarquias agrárias, as quais estão presentes em nosso território desde o período colonial, quando possuíam o domínio das terras e no império que além do domínio das forças produtivas passaram a dominar a política brasileira. Os grandes proprietários de terras receberam denominações diferentes desde a nossa colonização, quando receberam as sesmarias até no momento da criação da guarda nacional.<sup>20</sup>

Segundo Wilson Lins, os grandes latifundiários, só passaram a ser denominados de “coronéis” quando do advento da criação da guarda nacional, pois anteriormente os mesmos receberam denominações diversas como: chefe de clã, sertanista, capitão e “Dom”.<sup>21</sup>

Espalhados pelas mais longínquas regiões do país, desde o Nordeste, (cultivando a cana-de-açúcar), até o norte do país, no Amazonas (explorando o látex), os coronéis estavam presentes também no litoral da Bahia (cultivando cacau), no vale do São Francisco (criando gado) e no vale do Paraíba (cultivando café). Apesar de possuírem formação diversa, existia uma coisa comum entre eles, a posse da terra, base de produção para o

<sup>19</sup> CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p.147

<sup>20</sup> Para conhecer melhor sobre a origem, a partidarização e os títulos da guarda nacional, consultar PANG, Eul-Soo. *Op. cit.*, pp. 26-30.

<sup>21</sup> LINS, Wilson et al., *Op. cit.*, p. 8.

mercado externo e interno, além de ser a única forma que permitia a grande exploração de riqueza.

Apesar de possuírem o domínio econômico os “coronéis” não possuíam o domínio político de forma globalizada, uma vez que o Poder Moderador restrito do imperador, servia como entrave as pretensões políticas dos grandes proprietários de terra. “... A república é uma ampliação de seu domínio, pois a quebra do Poder Moderador permite que eles próprios escolham seus representantes em todos os graus...”<sup>22</sup>

Um outro grupo social presente na sociedade brasileira da Primeira República (1889-1930) era a burguesia, subdivida em comercial, financeira e industrial.

Composta por portugueses que vinham para o Brasil com o intuito de realizar o comércio importador, a burguesia comercial dominava o grande e o pequeno comércio de importados. Esta parcela da burguesia não possuía um bom relacionamento com os demais grupos sociais da época. “... o fato de aqui chegarem pobres e se enriquecerem, leva a população a inveja-los ou despreza-los, e em regra, acusá-los de ganhar fraudulentamente...”<sup>23</sup> Tudo isto contribuiu, para que a burguesia comercial recebesse constantes protestos dos demais grupos sociais que compunham a nossa sociedade durante a Primeira República. Receosos dos protestos recebidos, a burguesia comercial não se manifestava contrária às medidas protecionistas e de câmbio baixo, beneficiário para a indústria e para a agricultura e prejudiciais ao comércio importador.

Não atuavam politicamente, pois temiam aos protestos que lhes eram advindos do restante da população, suas ações políticas se davam nos bastidores. “Assim a camada mais numerosa e antiga da burguesia urbana é politicamente inoperante”<sup>24</sup>

Uma outra parcela da burguesia é a financeira composta de especuladores, banqueiros e comerciantes é a que mais ascende socialmente. Apesar de enfrentar dificuldades, a burguesia financeira enfrenta e supera as formas dinâmicas.

Por último, temos a burguesia industrial que diferentemente da burguesia comercial tem um desenvolvimento mais lento e discreto; até na última década do século XIX ainda coexistia o artesanato com as grandes indústrias. Esta parcela da população não fazia nenhum questionamento ao regime agrário burguês, afinando-se com a estrutura político econômico da época, procuravam através do governo e do congresso obterem conquistas

<sup>22</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p.154

<sup>23</sup> Idem, p.158

<sup>24</sup> Idem, p.159

como, baixa do câmbio e empréstimos. Desde o império que os membros da burguesia industrial procuram associar-se para divulgarem seus objetivos. Dentre as associações criadas por esta classe estavam a associação industrial, dirigida por Felício dos Santos e o Centro Industrial do Brasil criada em 1904 e dissolvida em 1920.<sup>25</sup>

No conjunto dos grupos sociais que compunham a sociedade brasileira nos primeiros 10 anos do Período Republicano, estão as classes médias, ou pequena burguesia, como é denominada por Carone. Durante a Primeira República, esta parcela da população apresentava uma estrutura complexa em relação a quantidade e qualidade. Mesmo assim foi essa classe que se contrapôs ao domínio político dos fazendeiros de café. O tenentismo, que tem suas origens na baixa oficialidade do exército brasileiro, foi uma forma encontrada pelos militares (membros dessa classe) para protestarem contra a política dos “coronéis”, grandes produtores de café dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que passaram a dominar a política a nível nacional, após Prudente de Moraes chegar à presidência da República. Carone, nos mostra a importância dessa classe no decorrer do período em estudo, ao afirmar: “... é fundamental sua importância desde o começo do novo regime e, no decorrer de todos esses anos, serão segmentos seus que irão ajudar a desencadear os processos de contestação e derrubada da oligarquia do café”.<sup>26</sup>

Assim como os demais segmentos da sociedade brasileira no decorrer da Primeira República, as classes médias possuem formação diversa. Fato este, que comprovamos na medida que fomos pesquisar autores que tratam do assunto.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, as classes médias brasileiras podem ser divididas em 02 (dois) grupos. Aquele que pode ser denominado de antigas classes médias, compostas por membros da pequena produção e do pequeno comércio e um outro grupo, que recebeu a denominação de novas classes médias, constituída pelos trabalhadores assalariados do comércio, bancos, serviços públicos, que proporcionam a oferta da mais-valia.<sup>27</sup>

No entanto, esta não é a divisão adotada por Carone, quando trata das classes médias brasileiras. Para o autor este segmento da sociedade brasileira no decorrer da Primeira República (1889-1930) estava dividido em: classes médias: alta (composta por elementos originários das ricas classes médias agrárias, de técnicos industriais, membros do comércio e da média indústria), normalmente esses elementos eram orientados e preparados para

<sup>25</sup> Idem, pp.160-2

<sup>26</sup> Idem, p.177

<sup>27</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. As classes médias. In: FAUSTO, Boris (Dir). *História geral da civilização brasileira*, v. 9, pp. 11-12.

exercerem profissões liberais. A intermediária teria formação mais complexa, pois neste grupo estavam presentes os imigrantes, elementos das classes decadentes, liberais e do exército e finalmente a classe média baixa, composta de funcionários públicos, artesãos e operários.

Fruto da implantação da atividade industrial em nosso território, a classe operária é um dos grupos sociais presente na sociedade da Primeira República (1889-1930). O operário se fazia presente em nossa sociedade bem antes da proclamação da República, porém foi com o advento desta que seu crescimento se deu de forma acentuada, em virtude do maior desenvolvimento industrial. Pois, os membros desta classe passaram a ter consciência de classe e a lutarem em prol dos seus direitos. Carone, nos mostra que o processo evolutivo das atividades industriais contribuiu para que ocorresse uma maior concentração humana nas cidades e maior conscientização por parte daqueles que compunham a classe operária, ao afirmar que:

*“... A transição da pequena produção e artesanato para a indústria e grande produção permite maior concentração humana nas cidades e conseqüente desenvolvimento da consciência da classe dos operários, que desde a Primeira República se acham fortalecidos na defesa de seus direitos e reivindicações”.*<sup>28</sup>

Inconformados com as precárias condições de trabalho, o que refletia na vida e de seus familiares, os operários passaram a reagir e reivindicarem condições melhores, sobretudo de salário e moradia.

Objetivando solucionar seus problemas, os operários criaram diversas modalidades de organização, desde aquelas que se destinavam ao auxílio mútuo até a defesa contra os inimigos da classe. Dentre estas formas de organização estavam as corporações, caixas beneficentes, socorros mútuos, sociedade de resistência, sindicato e bolsa de trabalho.<sup>29</sup>

<sup>28</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p.158

<sup>29</sup> Idem, p.196



### 1.3 A política

No decorrer da história do nosso país os grupos agrários dominaram a economia e a política do Brasil. Foi assim no período colonial, quando os senhores de engenhos (grandes proprietários de terras e escravos), detinham o poder econômico e político, este último através dos seus representantes nas Câmaras Municipais, os chamados “homens bons”. A colônia cedeu lugar ao império, porém a Aristocracia agrária, permaneceu sendo a classe hegemônica do nosso país. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, uma nova produção agrícola, (o café), despontou na região sudeste do país, fato este que contribuiu para que ocorresse a transferência do eixo econômico e político do Nordeste para o Sudeste do Brasil e conseqüentemente a decadente aristocracia agrária (Senhores de Engenhos) cedesse lugar a uma nova, os cafeicultores do Sudeste brasileiro, sobretudo os paulistas, que viam na República a oportunidade de conquistar o poder político, uma vez que eram detentores do econômico.<sup>30</sup>

No decorrer da República Velha (1889-1930) dois grupos sociais se destacaram na cena política do nosso país. Foram eles os militares e os civis, unidos em busca de um objetivo, militares e civis, conseguiram tomar o poder de D. Pedro II em 15 de novembro de 1889, quando teve início uma nova fase política no Brasil. Os 05 cinco primeiros anos do novo regime foram marcados pelo predomínio dos militares, através dos governos de Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, momento em que o Brasil apresentou uma instabilidade política, fruto da disputa entre militares e civis pelo poder. Foi neste período que ocorreu a luta do Partido Republicano Paulista pela implantação da constituinte, a qual traria de volta a estabilidade política, fato este que contribuiria para uma estabilidade financeira e uma conseqüente aquisição de crédito no exterior, que era defendida por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Deodoro. Assim como, houve momentos armados, como a Revolta da Armada (Rio de Janeiro) e a Revolução Federalista (Rio Grande do Sul). No entanto, os civis superaram os militares conseguindo eleger Prudente de Moraes, Presidente da República, legítimo representante das oligarquias

<sup>30</sup> Para melhor entendimento sobre a política brasileira no decorrer da Primeira República, consultar CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos militares a Prudentes – Campos Sales” In: FAUSTO, Boris. Op. cit., cap.1; CARONE, Edgard. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*; BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. Primeira parte; e FRAGOSO, João Luiz et al. *A Política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis*. cap.5, parte B.

agrárias, que só perderam o poder em 1930, quando Getúlio Vargas conseguiu tomar o poder através da Revolução de 30.

Segundo João Luis Fragoso, Francisco Carlos Teixeira da Silva, o governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca. Tomou medidas que contribuíram para que os grandes produtores de café passassem a deter o domínio político do país. Dentre as medidas tomadas estavam: a extinção do poder moderador, do Senado Vitalício, do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, o qual concedia autonomia econômica e administrativa aos Estados e as mudanças feitas na legislação eleitoral, as quais serviram de “pano de fundo” para que os fazendeiros de café conquistassem a hegemonia política do país.<sup>31</sup>

Com o objetivo de se manterem no poder, os grandes fazendeiros de café procuraram criar estratégias, uma delas foi a política dos governadores, formulada no governo de Campos Sales (1898-1902), que tinha como meta principal, fortalecer a política federal. No entanto, para que isso viesse acontecer, foi necessário que o governo federal tivesse o domínio das oligarquias estaduais. Para isto, firmou-se uma “pacto” entre os oligarcas estaduais e o governo federal, pelo qual a presidência da República, comprometia-se em “ajudãr” as oligarquias estaduais e em troca receber o apoio político das mesmas. Assim formou-se o chamado Estado oligárquico brasileiro, o que veio proporcionar o domínio incontestado das classes agrárias, no decorrer da Primeira República (1889-1930), contribuindo para fortalecimento dos grandes latifundiários, o que seria o alicerce para o fenômeno político e social presente na primeira fase do período republicano, o coronelismo.

---

<sup>31</sup> FRAGOSO, João Luiz et al. Op. cit., p.190

## CAPITULO 2: O RIO GRANDE DO NORTE NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: A ECONOMIA, A SOCIEDADE E A POLÍTICA

### 2.1 A economia

Durante a Primeira República (1889-1930), o Rio Grande do Norte possuía uma economia baseada na agricultura. A cana de açúcar, apesar de se encontrar em decadência, e o algodão foram os produtos agrícolas mais cultivados no estado durante esse período. No entanto, o cultivo desses produtos, era complementado com o objetivo de prover as necessidades de grande parte das famílias norte-riograndenses. Porém, a economia do Rio Grande do Norte não ficou à mercê da produção agrícola. A extração do cloreto de sódio (sal de cozinha) e da cera de carnaúba, assim como a incipiente industrialização foram de suma importância para o desenvolvimento econômico do nosso estado na primeira fase do Novo regime.

Assim sendo, a prática agrícola no Rio Grande do Norte (cultura canavieira e do algodão) contribuiu para que o “Coronelismo” se desenvolvesse no Rio Grande do Norte, principalmente na Região do Seridó, onde os oligarcas do algodão dominaram econômica e politicamente grupos sociais do nosso estado.

Na pauta das exportações norte-riograndenses, o algodão, a cana-de-açúcar, o sal de cozinha e a carnaúba foram os produtos de destaque nas exportações potiguares durante a República Velha. Paralelamente, os norte-riograndenses praticavam a agricultura de subsistência, objetivando proporcionar alimentos à maioria das famílias potiguares. Além da prática agrícola, a pecuária foi desenvolvida no Sertão do nosso território. Paulo Pereira dos Santos se pronuncia a esse respeito: “As culturas de algodão e de cana-de-açúcar preenchem a maior parte do nosso território, secundados pelos plantios de feijão, milho, mandioca e outros produtos alimentícios. Além destas atividades agrícolas de subsistência e de exportação, não podemos olvidar a contribuição da pecuária...”<sup>32</sup>

O sal de cozinha foi um dos produtos tidos como sustentáculo da economia do Rio Grande do Norte no período em estudo. Foi tão grande a importância desse produto que,

---

<sup>32</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)*, p. 22

juntamente com a cana-de-açúcar, formou o pilar de sustentação da oligarquia Maranhão, que dominou o estado por mais 25 (vinte e cinco) anos, até que um novo produto despontasse no cenário nacional e internacional, o algodão, em cuja produção a oligarquia Medeiros tinha sua base, vindo a tomar o poder político dos Albuquerque Maranhão, que se manteve no poder até a Revolução de 1930.

Segundo Tarcísio Medeiros, desde 1603 as salinas norte-riograndenses são conhecidas. No entanto, elas só começaram a ter regular exploração no decorrer do século XVIII, quando foram fundadas as primeiras charqueadas de Mossoró e Açú, em lugares que tomaram o nome de “oficinas”. Para o autor, o sal foi um produto de sustentação econômica do Rio Grande do Norte, tomando a partir da sexta década do século XIX, arrancada definitiva na competição com os demais postos em evidência no século XIX.<sup>33</sup>

Por se tratar de um produto importante para a economia do nosso território, os governantes trataram de realizar o monopólio do sal, fazendo com que os salineiros não tivessem o direito de comercializar esses produtos de forma direta.

Antes mesmo da proclamação da República, os governantes do Rio Grande do Norte trataram de monopolizar a comercialização do sal. Porém, foi o governador Ferreira Chaves (1897-1900) “preposto” da oligarquia Maranhão que efetivou o monopólio do sal, através do contrato de monopolização, assinado em 13 de agosto de 1897, no palácio do governo, onde estavam presentes o governador do Estado e representantes da Companhia Nacional da Salina Mossoró-Açú, os senhores Paulo Maria Azevedo, Pedro Carlos de Andrade e o Sr. Adelino Maranhão, que serviu de testemunha. Através desse contrato, a empresa Sal e Navegação passou a deter o monopólio do sal. O caráter monopolista fica explícito na cláusula quinta, que expressa o seguinte conteúdo: “os contratantes poderão entrar em acordo com os demais exportadores e produtores para o fim de auferirem as vantagens e sujeitarem-se aos ônus do contrato, ficando os que se recusarem ao acordo obrigados a pagar pelo sal que exportarem um imposto equivalente à metade da taxa no orçamento da União para a entrada do Sal estrangeiro.”<sup>34</sup>

No entanto, o contrato firmado entre o governo do Estado e a empresa sal e Navegação foi alvo de protesto por parte dos salineiros do nosso Estado e de políticos como Moraes Barros (Senador).

---

<sup>33</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. pp. 96-7

<sup>34</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. *Op. cit.*, p.25

A concorrência dos salineiros do Ceará, de Cabo Frio (Rio de Janeiro) e do Sal de Cadiz (Espanha), o qual era preferido pelos charqueadores do Rio Grande do Sul, contribuíram para a decadência da companhia Mossoró-Açu e da empresa Sal e Navegação.

A crise provocada pelos fatores expostos anteriormente contribuiu para que o governador do Estado, Tavares de Lira (1904-1906), tomasse decisões protecionistas em defesa do cloreto de sódio. Dentre as medidas tomadas por este governo estava a Lei n.º 234, de 06 de setembro de 1905, a qual, em seu artigo primeiro, estabelecia: “fica o governador autorizado a conceder ao sindicato de salineiros que se organizar no Estado de acordo com a legislação federal um prêmio que consistirá em duas partes do rendimento de exportação do sal durante o exercício.”<sup>35</sup>

Contudo o desejo de Tavares de Lira de criar o Sindicato dos Salineiros só foi realizado por Alberto Maranhão, o qual, em 7 de abril de 1912, no palácio do governo, criou e instalou o sindicato dos salineiros do Rio Grande do Norte, de cuja formação participaram os grandes produtores de sal de Macau, Areia Branca e Mossoró, além de dois representantes da Companhia Comércio e Navegação. Porém, a criação do referido Sindicato foi alvo de protesto judicial da Empresa Comércio de Sal (Rio de Janeiro), que alegava defender seus interesses e dos pequenos salineiros.

O monopólio do sal, que trazia prejuízo à indústria salineira potiguar, foi extinto no governo do desembargador Ferreira Chaves (1914-1920), o que proporcionou a livre concorrência na exportação desse produto e conseqüentemente um aumento nas exportações, pois, no período de 1915-1929, o Rio Grande do Norte duplicaria a quantidade de sal exportado de mais de cem milhões para duzentos milhões de quilos.

Apesar das dificuldades causadas pela concorrência do sal nacional (Ceará e Rio de Janeiro) e do exterior (Espanha), o cloreto de sódio chegou ao final da primeira fase do período Republicano, ocupando o segundo lugar na pauta das exportações norriograndenses.

Quanto à cana-de-açúcar ela foi um dos produtos agrícolas de destaque na economia brasileira durante a República Velha (1889-1930).

A crise da produção açucareira tornou-se mais aguda a partir da Segunda metade do século XIX. Fatores como a concorrência do açúcar estrangeiro (Java, Sumatra e Cuba) e do açúcar de beterraba, assim como a queda no preço desse produto foram fatores

---

<sup>35</sup> Idem, p.29

decisivos para que os senhores de engenhos do Nordeste Brasileiro, os “coronéis do açúcar” entrassem em decadência. Por outro lado, o surgimento da cultura cafeeira no Sudeste do Brasil veio proporcionar a transferência do eixo econômico e político do Nordeste para o Sudeste do Brasil.

Diante desse contexto, o Rio Grande do Norte foi atingido pelas transformações ocorridas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

No tocante às exportações do açúcar, tivemos uma redução bastante significativa no nosso território nos 15 (quinze) anos iniciais da Primeira República. Em 1889 o Rio Grande do Norte exportava 13.760.534 quilos, reduzindo para 1.244.525 em 1905.

Diante da crise que afetava a economia açucareira, fazia-se necessário que o poder público do Rio Grande do Norte tomasse medidas visando soerguer a cultura canavieira. Pressionado pelos senhores de engenho, os quais procuravam manter a hegemonia econômica e política, Alberto Maranhão, que governou o Rio Grande do Norte entre 1908 e 1913, tomou medidas que vieram beneficiar os “coronéis do açúcar”. A primeira delas ficou substanciada na Lei 275, de 24 de novembro de 1909, através da qual o congresso legislativo (atual Assembléia Legislativa) autorizou o governo do Estado a “contratar com quem melhores vantagens oferecer o estabelecimento de fábrica no Estado para a exploração sistemática das indústrias do açúcar, (...), podendo conceder aos contratantes favores comum em concessão dessa natureza.”<sup>36</sup>

Entre 1910-1918, as exportações da cana-de-açúcar no Rio Grande do Norte foram marcadas por uma decadência. Diante dessa situação, coube ao Governador do Estado, Ferreira Chaves, (1914-1920) tomar medidas que incentivassem a produção do açúcar, contribuindo para tirar a cultura canavieira da crise em que mergulhara. Dentre os seus atos está a Lei n.º 439, de 29 de novembro de 1918, cujo artigo primeiro estabelecia que “É o governador autorizado a conceder à empresa ou particular que construir usinas para fábrica de tipos de açúcar, destinado ao consumo interno e à exportação, a isenção de todos os impostos, durante o prazo de cinco anos, a contar da data da inauguração das usinas”.<sup>37</sup>

No entanto, os sucessores de Ferreira Chaves não deram a mesma importância para incentivar a produção do açúcar, haja vista que o governador Antônio José de Melo e

---

<sup>36</sup> Idem, p.41

<sup>37</sup> Idem, p.43

Souza, que governou o nosso estado entre 1920 e 1923, apesar de ser um político da zona canavieira (Nízia Floresta), não tomou nenhuma providência em favor do açúcar.<sup>38</sup>

Apesar das dificuldades enfrentadas, no final da Primeira República (1889-1930), o açúcar disputava com o sal o 2º lugar na pauta das exportações norte-riograndenses.

Com a decadência do açúcar decaíram junto os “coronéis do açúcar”, os quais detinham o poder econômico e político nos mais diversos recantos do Rio Grande do Norte: os Albuquerque Maranhão, oligarquia que se manteve no poder por mais de 25 anos, quando cedeu lugar aos Medeiros, legítimos representantes da cultura algodoeira do Seridó potiguar.

O Algodão foi outro produto de grande importância para a economia potiguar no decorrer da primeira fase do período republicano. Foi a cultura algodoeira que contribuiu para que os “coronéis” do Seridó tomassem o poder político dos oligarcas Albuquerque Maranhão.

Cultivado desde os primórdios da nossa colonização, o algodão encontrou na Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, e na Guerra de Sessessão (1860-1865), o terreno fértil para a sua valorização e expansão.

No Rio Grande do Norte, o algodão Mocó, selecionado pela natureza, por um processo espontâneo de hibridação com o algodão selvagem nativo, foi o único que resistiu à seca. Caracterizado por uma fibra de excepcional resistência e de grande comprimento, constituiu com o sal um dos suportes econômicos do Rio Grande do Norte no decorrer da República Velha (1889-1930).

Segundo Tarcísio Medeiros, muito antes da proclamação da República, no ano de 1865, o algodão superou as exportações dos demais produtos potiguares, uma vez que o preço do algodão alcançara cifras astronômicas, conseqüência do fechamento das fontes norte americanas em plena Guerra de Sessessão e devido à grande procura da Inglaterra no momento da “Colton Famine”, oriunda da segunda fase da Revolução Industrial.<sup>39</sup>

O algodão recebeu dos governantes do Rio Grande do Norte o incentivo necessário para que ocorresse aumento nas exportações.

Apesar de ser representante da oligarquia Albuquerque Maranhão, Antonio de Souza, tomou importantes medidas, as quais visavam incentivar a produção algodoeira e, com isso, aumentar as exportações. Dentre as medidas tomadas por este governo, podemos

<sup>38</sup> SOUZA, Itamar. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p.43

<sup>39</sup> MEDEIROS, Tarcísio. Op. cit., p. 93

destacar o contrato firmado com a J. Bastos e Cia, visando à construção de duas ferrovias, de navegação de cabotagem, armazéns de recolhimento e pontos de desembarque. Uma das ferrovias ligava o município de Areia Branca ao de Martins e a outra ligando o porto de Canguaretama à cidade de Acari. Já Ferreira Chaves (1914-1919) realizou obras com o objetivo de facilitar o escoamento da produção algodoeira da região do Trairi e do Seridó, Dentre elas estão a construção da estrada de automóveis do Seridó, cujo ponto inicial era Macaíba e se estendia até a cidade de Acari. Porém, foi o Dr. Juvenal Lamartine (1928-1930) que, através do Decreto n.º 457, de 10 de janeiro de 1930, que reduzia de 8 para 6 e 1%, respectivamente, o imposto de exportação consignado na Lei orçamentária vigente naquele ano sobre farelo de caroço de algodão e óleo.<sup>40</sup>

Apesar da política do poder público norte-riograndense ser favorável à valorização do cultivo da cotonicultura, as secas ocorridas em 1904, 1916 e 1919 e o grande volume pluviométrico de 1924 foram fatores decisivos para que houvesse queda na produção algodoeira.

Porém, no decorrer da Primeira República (1889-1930), a economia potiguar não ficou “presa” à produção agrícola. A extração da cera de carnaúba foi uma das atividades de grande importância na pauta das exportações norte-riograndenses, sobretudo no período de 1920-1930, quando a demanda a nível nacional e internacional foi bastante alta, em virtude de não se ter o plástico. Paulo Pereira dos Santos faz referência à extração de cera de carnaúba ao comentar que

*“Bem antes a carnaúba vinha tendo muita utilidade e, no século XX, ela passava a ser importante no orçamento do Estado. Sua colocação no mercado mundial e sua valorização estimularam o interesse econômico dos donos de carnaubais. A extração de cera tornou-se uma das principais fontes econômicas do Estado do Rio Grande do Norte”.*<sup>41</sup>

Assim como a extração da cera de carnaúba, a pecuária, sobretudo a bovina e a caprina, teve papel importante na economia potiguar no decorrer da primeira fase do período republicano.

O processo de industrialização chegou ao território brasileiro de forma tardia. O Rio Grande do Norte, estado que tinha sua base econômica na produção agrícola e extração de sal de cozinha para exportação, ficou muito tempo além do processo industrial. Na época

<sup>40</sup> SANTOS, Paulo Pereira dos. Op. cit., pp,43-52

<sup>41</sup> Idem, p.130

da Velha República (1889-1930), o Rio Grande do Norte possuía uma industrialização insignificante.

A inexpressiva industrialização potiguar contribuiu para que o estado ocupasse a sétima colocação na região Nordeste do Brasil, superando, em termos industriais, apenas os pequenos e atrasados estados do Maranhão e Piauí.

O fato de o Rio Grande do Norte não apresentar um processo industrial avançado contribuiu para que a população norte-riograndense, na época da Primeira República, habitasse em maior quantidade o interior do estado e ficasse submissa aos propósitos dos grandes proprietários de terra, o que veio facilitar o desenvolvimento do “Coronelismo”, fenômeno econômico, político e social, que se desenvolveu no interior do Rio Grande do Norte, tendo seu apogeu na primeira fase do regime que se implantara em 15 de novembro de 1889.

## 2.2 A sociedade

A sociedade Norte-riograndense da época da Primeira República (1889-1930) não se apresentava de forma homogênea. Estava subdivida em diversos grupos, dentre os quais estavam: a burguesia, as classes médias e a classe trabalhadora.<sup>42</sup>

Dentre as frações que compunham a burguesia norte-riograndense, no decorrer da República Velha, a agrocomercial foi a que mais se destacou, possuindo o domínio econômico e político do Rio Grande do Norte. Podemos citar como exemplo os Albuquerque Maranhão, que, desde os primórdios da nossa colonização, passaram a ter o domínio das grandes propriedades de terras e conseqüentemente foram os primeiros senhores de engenhos, os quais agiram como verdadeiros “coronéis” no interior e na capital do Rio Grande do Norte; e os Medeiros, legítimos representantes dos oligarcas seridoenses, que, através da produção algodoeira, dominaram o Rio Grande do Norte até o advento da Revolução de 1930.

---

<sup>42</sup> Com relação aos grupos sociais que compunham a sociedade norte-riograndense, no decorrer da Primeira República ver SOUZA, Itamar. Op. cit., pp, 75-85

Detentora da ideologia do liberalismo econômico reinante em nosso território desde os primórdios da República, a burguesia agrocomercial potiguar tratou logo em se organizar, objetivando desenvolver as potencialidades econômicas do Rio Grande do Norte.

Segundo Itamar de Souza, foram várias as associações criadas por essa parcela da burguesia. Dentre elas estavam a Associação Comercial do estado do Rio Grande do Norte, criada em abril de 1890; a Junta Comercial, com jurisdição sobre todo o estado, fundada em 13 de setembro de 1899; a Sociedade Agrícola do Rio Grande do Norte, instalada dia 31 de agosto de 1905; a Sociedade Agropecuária do Rio Grande do Norte, fundada em 05 de novembro de 1927. No entanto, na opinião do autor, essas associações não progrediram. As únicas que sobreviveram foram a Associação Comercial do Rio Grande do Norte e a Junta Comercial.<sup>43</sup>

Para se manter no poder, a burguesia criou várias associações, as quais contribuíram para o fortalecimento dessa classe social, proporcionando aos produtores de cana-de-açúcar e de algodão condições para dominar econômica e politicamente os demais grupos sociais que compunham a sociedade potiguar na primeira fase do regime republicano.

Uma outra parcela da sociedade norte-riograndense à época da República Velha (1889-1930) era a classe média, que, segundo Boris Fausto "... se situam numa oposição intermédia em relação à contradição principal capital/trabalho inerente ao modo de produção capitalista".<sup>44</sup>

Bastante reduzida e com inexpressiva atuação política, esta parcela da sociedade norte-riograndense era composta de profissionais liberais, do funcionalismo civil e militar, dos pequenos e médios comerciantes. Assim como o seu contingente, as associações fundadas pela classe média foram poucas, dentre as quais se encontravam a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, a Liga do Ensino, o Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, a Sociedade de Tiro e o Clube da Guarda Nacional. No entanto, foi a classe média a precursora dos movimentos que contestavam o domínio político dos "coronéis".

Durante a República Velha, o Rio Grande do Norte apresentava uma classe trabalhadora bastante inexpressiva, haja vista que o Estado potiguar tinha uma incipiente industrialização.

<sup>43</sup> SOUZA, Itamar. Op. cit., pp. 75-6

<sup>44</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. cit., v.9, p.11



Por estarem em contato com as idéias dos centros mais avançados do Brasil (Região Sudeste), as primeiras entidades de trabalhadores criadas no Rio Grande do Norte localizavam-se em cidades do litoral potiguar.

Segundo Itamar de Souza, as associações de trabalhadores criadas no Rio Grande do Norte, foram as seguintes: A Sociedade União Beneficente dos Artistas de Canguaretama, criada em 02 de janeiro de 1873, que tinha como objetivos congregar os operários e protegê-los na doença ou na indigência, mediante fundos sociais, empréstimos e hipotecas; o centro Luiz de França, criado em 17 de agosto de 1890; a Liga Artística Operária Norte-riograndense, fundada em Natal, no dia 28 de fevereiro de 1904, a qual prestava aos seus associados um imenso trabalho promocional e assistencialista. Para o autor, as Ligas operárias funcionavam mais como sociedade assistencialistas e conservadoras.<sup>45</sup>

### 2.3 A política

A Proclamação da República do Brasil não contou com a participação popular. O advento realizado pelos militares com o apoio da elite agrária (grandes produtores de café) aconteceu de forma bastante tranqüila.<sup>46</sup>

No Rio Grande do Norte não aconteceu de forma diferente. As notícias do 15 de novembro de 1889 pegaram os norte-riograndenses desprovidos de qualquer informação e alheios ao que acabará de acontecer na capital do país. Até mesmo os defensores do regime republicano não acreditavam nos telegramas enviados por José Leão e Aristides Lobo a Pedro Velho (líder do movimento republicano na província do Rio Grande).

De posse do telegrama enviado por Aristides Lobo, convocando-o para assumir o governo do Rio Grande do Norte, Pedro Velho ficou receoso em aceitá-lo. Consultou correligionários para depois aceitar o convite. No entanto, a implantação oficial da

<sup>45</sup> SOUZA, Itamar. Op. cit. pp. 79-81

<sup>46</sup> Em relação a política norte-riograndense no decorrer da Primeira República, consultar LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte: Período Republicano até a organização do Estado*, pp. 253-307; POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*, cap. 18; CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República do Rio Grande do Norte*. pp. 127-249. CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, cap. 18. pp. 203-222; Ayrton, José. *Da brejeira ao rabo de palha: uma história do governo do Rio Grande do Norte*. Parte II, pp. 33-62.

República no Rio Grande do Norte se deu a 17 de novembro, conforme descreveu Almir Bueno.

*“... a 17 de novembro a República foi oficialmente proclamada no Rio Grande do Norte, tendo Pedro Velho sido aclamado “presidente” do governo provisório estadual. A República na província potiguar nascia tranqüilamente como se fosse a transição formal de cargo de um partido a outro, de acordo com a praxe Imperial e não uma mudança radical de um regime político por outro, por definição totalmente diferente.”<sup>47</sup>*

Acreditava-se que, ao assumir o governo do Rio Grande do Norte, Pedro Velho convocasse os legítimos republicanos para fazerem parte da equipe de seu governo, mas entanto, isso não veio acontecer. Ele formou uma equipe composta principalmente de ex-monarquistas e membros dos partidos conservador e liberal, o que veio contribuir para que seu governo recebesse a denominação de “Tríplice Aliança”, em virtude daqueles que teriam sido escolhidos para compor o “Secretariado” quando do governo provisório. Esta atitude de Pedro Velho causou revolta nos republicanos históricos (Hermógenes Tinôco e Padre José Paulino) os quais tinham lutado em prol da República e contribuído para instalação do PRRN no território Norte-riograndense.

A não convocação dos republicanos históricos para compor a equipe do governo de Pedro Velho, como vimos anteriormente, e a realização da eleição para a presidência da república em 25 de fevereiro de 1890, entre Marechal Deodoro da Fonseca e Prudentes de Moraes, da qual o primeiro saiu vencedor, não recebeu, porém, o apoio da facção Pedro Velhista no Rio Grande do Norte, causaram um clima de instabilidade política no território potiguar, pois entre novembro de 1889 e fevereiro de 1892, o Rio Grande do Norte foi governado por onze<sup>48</sup> pessoas diferentes, que com exceção de Pedro Velho, eram todos forasteiros.

A escolha do Dr. Pedro Velho, em 22 de fevereiro de 1892, por parte do Congresso Legislativo (atual Assembléia Legislativa) para governar o Rio Grande do Norte, proporcionou o encerramento do momento mais significativo da história política da Primeira República (1889-1930) e conseqüentemente iniciava-se o domínio da oligarquia

<sup>47</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. p.111

<sup>48</sup> Com relação as pessoas que governaram o Rio Grande do Norte, no período de instabilidade política (1889-1892), consultar SOUZA, Itamar. Op. cit., pp. 217-226 e LIRA, Tavares de. Op. cit., pp.278-9

Albuquerque Maranhão, representante da cultura canavieira e do comércio agroexportador que dominou o Rio Grande do Norte por mais de 25 anos, quando cedeu lugar à outra oligarquia, desta vez dos oligarcas do Seridó, os legítimos representantes dos produtores de algodão daquela região, “os coronéis”.

Eleito constitucionalmente em 02 de fevereiro de 1892 para governador do Rio Grande do Norte, o Dr. Pedro Velho foi o primeiro de uma sucessiva lista de nomes dos Albuquerque Maranhão que governaram o Estado potiguar por mais de duas décadas. José Ayrton, ao tratar do assunto, mostra-nos a sucessão de membros dessa família ou pessoas que são consideradas verdadeiros prepostos que governaram o Rio Grande do Norte, ao afirmar:

*“O governo José Augusto fechou o ciclo oligárquico da família Maranhão, que se estendia por mais de 25 anos. Este ciclo começou com Pedro Velho e passou para Ferreira Chaves, deste para Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, indo em seguida para seu genro, Tavares de Lira, depois para Antônio de Souza, que preparou a volta de Alberto Maranhão, que fez retornar Ferreira Chaves, que trouxe de volta Antônio de Souza.”<sup>49</sup>*

A decadência da cana-de-açúcar e a ascensão de uma nova produção agrícola (o algodão) trouxe reflexo para a política norte-riograndense. Os Albuquerque Maranhão, que tinham sua base econômica na produção açucareira e no comércio agroexportador, viram escapar de suas mãos o controle político do nosso estado. Em contrapartida, a importância dada à cotonicultura a nível nacional e internacional contribuiu para que os oligarcas da região do Seridó galgassem o domínio político do Rio Grande do Norte, uma vez que já possuíam o econômico, em virtude da valorização do “ouro branco” cultivado no Seridó potiguar.

Denise Monteiro nos dá uma explicação ao tratar da importância econômica da cotonicultura norte-riograndense e das mudanças políticas causadas com a valorização deste produto ao afirmar que:

*“À crescente importância econômica da cotonicultura no Rio Grande do Norte correspondeu uma crescente importância política daquela parcela da elite agrária do estado que era ligada aos interesses da produção e comércio do algodão. Assim, foram os grupos políticos do Seridó – a mais importante área produtora de algodão do Rio Grande*

<sup>49</sup> Ayrton, José. Op. cit., p.58

*do Norte - que passaram a deter o poder, em nível estadual, nos anos de 1920, desalojando definitivamente do poder os Albuquerque Maranhão.*<sup>50</sup>

Assim sendo, iniciava-se o ciclo de governadores do Rio Grande do Norte representantes dos “coronéis” seridoenses José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928) e Juvenal Lamartine (1928-1930). No entanto, a oligarquia Medeiros teve seu domínio político interrompido com o advento da Revolução de 1930, a qual substituiu os governadores eleitos por interventores indicados pelo governo federal.

Dessa forma, a história política do estado potiguar, no decorrer da Primeira República (1889-1930), foi marcado pelo domínio incontestante da elite agrária. Num primeiro momento, os Albuquerque Maranhão, ligados à cultura canavieira e ao comércio agroexportador; e, num segundo momento os Bezerra do Seridó, legítimos representantes da cotonicultura seridoense.

---

<sup>50</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 177.

### **CAPITULO 3: CORONELISMO NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)**

Fenômeno político-social que ocorreu em todo o território brasileiro, o coronelismo teve seu apogeu no decorrer da Primeira República (1889-1930).

Pertencente à região nordeste do Brasil, o Rio Grande do Norte, estado pobre e atrasado, apresentava uma sociedade rural e uma economia agrícola, as quais serviram de alicerce para que os grandes proprietários de terras (fazendeiros de algodão) nas regiões do Seridó e Oeste e agricultores e comerciantes agro-exportadores (no litoral potiguar) mantivessem a hegemonia política e econômica em cada um dos seus "feudos" (municípios).

Assim sendo, procuraremos demonstrar, neste capítulo, a origem do coronelismo, a utilização do termo coronel, a presença dos Albuquerque Maranhão como verdadeiros coronéis, que tiveram como "habitat natural" o município de Canguaretama, localizado no litoral sul do Rio Grande do Norte, e no litoral norte, nos municípios de Macau e Pendências a presença de coronéis, os quais dominaram a política e a economia daqueles municípios. Com isso, pretendemos mostrar que não só o Seridó e o Oeste foram "palco" dos grandes "coronéis" e onde se encontram figuras importantes do "Coronelismo" nordestino-grandense, especialmente o Cel. José Augusto Bezerra Galvão, considerado o "Matusalém do Seridó", escolhido para estudo de caso, bem como o litoral do estado. Além disso, enfatizaremos a presença dos coronéis no processo eleitoral no decorrer da primeira fase do período republicano.<sup>51</sup>

#### **3.1 A origem do Coronelismo**

As raízes do Coronelismo brasileiro encontram-se no período colonial, porém essa forma de poder político atingiu seu apogeu no decorrer da Primeira-República (1889-1930).

---

<sup>51</sup> Em relação ao fenômeno coronelista, consultar LEAL, Victor Nunes. Op. cit., cap.7, QUEIROZ, Maraia Izaura Pereira de. Op. cit., cap.3; MELO, Manoel Rodrigues de. Patriarcas e Carreiros. Op. cit.,

No Rio Grande do Norte, o surgimento do “mandonismo” está ligado aos primórdios da nossa colonização, quando aqui chegaram os primeiros representantes do governo português, a quem foram doadas grandes extensões de terras, as chamadas capitânicas hereditárias, as quais foram com o passar do tempo, divididas em sesmarias. Os sesmeiros, verdadeiros “senhores feudais”, espalharam-se pelos mais diversos recantos do território potiguar. No Litoral, foram eles que construíram os primeiros engenhos de cana de açúcar, tornando-se os “coronéis do açúcar”, e no sertão, onde fundaram os currais, os quais deram origem a importantes centros populacionais. Manoel Rodrigues de Melo, retrata os patriarcas sertanejos, dizendo:

*“... Como o Suzerano europeu, eles recebiam fidelidade e obediência da população dos seus domínios composta da família patriarcal, dos moradores livres e da grande escravaria – índios e negros, em troca de proteção, poderosa, indispensável, constante, pois além dos bens econômicos necessários à satisfação das necessidades individuais, aquela população encontrava nos senhores o médico, o juiz, o protetor e o polícia. Médicos, tinham sempre um remédio para qualquer doente; juizes dirimiam todas as questões; protetor seguro de suas “vilas”, ninguém se atrevia a tirar um apaniguado seu: autoridade policial, eles amansavam os brabos, os valentes, metendo-os na sua prestimosa cadeia que era o tronco.”<sup>52</sup>*

Assim sendo, deduz-se que foram esses senhores que desbravaram o Rio Grande do Norte do litoral ao sertão, criando cidades, desde as litorâneas até as do interior, mais afastadas. Foram esses “coronéis” que cumpriram, durante a Primeira República (1889-1930), as mais notáveis funções de ordem privada e de ordem pública.

Leal retrata que a falta de uma autonomia legal por parte dos municípios contribuiu para o surgimento de uma autonomia extralegal, fazendo com que os “coronéis” exercessem atividades que seriam de responsabilidade do poder público. Para o autor, é através da autonomia extra legal que o poder privado (poder dos grandes proprietários de terra) sobrepõe-se ao poder público.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> MELO, Manoel Rodrigues de. Op. cit., p.12

<sup>53</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p.71

### 3.2 O “coronel”

Termo empregado para designar <sup>os</sup> grandes proprietários de terras que dominaram a política e a economia do nosso território no decorrer da Primeira República (1889-1930), o “coronel” representava a maior autoridade municipal. Ele usava de seu prestígio econômico para manipular uma grande quantidade de agregados, os quais viam no coronel o seu “protetor”.

Assim sendo, o coronel mantinha-se sempre no poder sem que fosse necessário assumir o poder político constituído, isto é, o cargo de intendentes do município ou governador do Estado.

Na historiografia brasileira, Leal, Queiroz, Faoro e Pang tratam da origem da denominação dada aos senhores de terra.<sup>54</sup>

Para Leal, o termo coronel deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido copiado dos autênticos ou falsos “coronéis” da extinta Guarda Nacional. Para o autor além dos que realmente ocupavam na Guarda Nacional o posto de coronel, a designação “coronel” começou desde logo a ser dada pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado.<sup>55</sup>

Queiroz é da mesma opinião de Leal. Para ela, a denominação de coronel é originária dos títulos da Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831, a qual tinha como objetivo defender a constituição, auxiliar na manutenção da ordem, prevenindo as revoltas, promover o policiamento regional e legal. Todos os habitantes livres do país se integravam nos diversos escalões da Guarda Nacional. Os chefes locais mais prestigiosos automaticamente ocupavam nela postos mais elevados, eram os “coronéis”, seguindo-se nos postos maiores e capitães e outros chefes tão importantes, tendo sob suas ordens todos aqueles que não tinham meios de ocupar melhores condições.<sup>56</sup>

Um outro pesquisador que trata da denominação dada aos grandes proprietários de terras é Pang. Para esse autor, o “coronel”, de modo geral, era o comandante de uma brigada da Guarda Nacional ou de um regimento num município. Era freqüentemente dono

<sup>54</sup> Com relação a denominação dada aos proprietários de terra no decorrer da Primeira República (Coronéis), consultar LEAL, Victor Nunes. Op. cit., pp. 289-91; QUEIROZ, Maria Izaura de. Op. cit., p. 157 e PANG, Eul-Soo. Op. cit., pp. 19-20. FAORO, Raymundo. Op. cit., pp. 221-222.

<sup>55</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p.289.

<sup>56</sup> QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Op. cit., p.155.

de terras (senhores de engenhos ou fazendeiro de gado), o componente dominante da classe dirigente do Brasil agrário; porém, para o autor, membros de outras classes sociais, tais como comerciantes, advogados, médicos, burocratas, professores, industriais e até mesmo os padres tinham o posto de coronel da Guarda.<sup>57</sup>

Os “coronéis” estão presentes na história política do nosso território desde o período colonial até a República. No período colonial, aparecem sob o título de sargento-mor, capitão-mor dirigindo bandeiras e entradas, fundando currais, aldeando índios formando os primeiros núcleos urbanos. Durante o período regencial, depois das grandes lutas, reaparecem nos quadros da Guarda Nacional, sob os títulos de Capitão, Major, Tenente-coronel, Comandante Superior, objetivando proteger a nação.

Proclamada a República, apesar dos profundos ressentimentos criados pela queda do império, mantiveram-se ainda fiéis aos compromissos assumidos perante a pátria, até que a falta de renovação do quadro daquela organização fez rolar por terra a velha e tradicional milícia do Regente Feijó.

O desaparecimento da Guarda Nacional, na segunda década do século XX, não fez com que o povo perdesse o gosto pela ordem militar do império e da regência. Sem ela, o povo foi suprindo os postos e cargos, distribuindo entre aqueles que pelas suas qualidades de comando, liderança, posição social ou econômica iam se tornando merecedores das promoções. Assim temos nas mais diversas zonas do nordeste brasileiro as figuras indispensáveis dos capitães, majores, coronéis e comandantes, revivescências dos títulos e patentes recebidos da guarda nacional.

Segundo Melo, a figura do “coronel”, que se encontrava espalhada pelas mais diversas regiões do Rio Grande do Norte, no período da Primeira República, recebeu diversas denominações, dentre as quais estavam a de capitão, coronel, major e comandante. Para o autor, a posição social e econômica (advinda da propriedade da terra), era fator preponderante para que o indivíduo recebesse a denominação de coronel. Assim sendo, nos mais diversos municípios do Rio Grande do Norte, nem todos os patriarcas eram denominados de coronéis. Na região Seridó, apenas José Bezerra de Alba da Serra e Silvino Bezerra receberam esta denominação. De major eram denominados os senhores Lasdilau Galvão e Napoleão Bezerra, enquanto no senhor Antônio Florêncio recaía a denominação de Capitão. Em Santa Cruz, só podia ser denominado de major o senhor Ezequiel Vergelino de Souza que, com o passar do tempo, foi substituído por Teodorico

---

<sup>57</sup>PANG, Eul-Soo. Op. cit., p.19.

Bezerra. Já em Pau dos Ferros, a denominação de coronel era dada a José Borja Caminho Raposa da Câmara e, finalmente, em Macau (município do litoral norte), o coronel era Feliciano Ferreira Tetéo, a mais autêntica figura de patriarca que o litoral engendrou.<sup>58</sup>

### 3.3 A PRESENÇA DE CORONÉIS NO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Apesar da historiografia norte-riograndense, registrar a maior presença de “coronéis” nas regiões do Seridó e Sertão do nosso estado, como por exemplo, Melo e Soares Neto, eles estavam presentes nos municípios do litoral potiguar, no decorrer do período em estudo. Canguaretama, município do litoral sul do Rio Grande do Norte, por exemplo, pode ser considerado como o “habitat” inicial dos Albuquerque Maranhão, como vimos anteriormente. No entanto, os municípios do litoral norte do nosso território, mais precisamente os de Macau e Pendências, contaram com a presença de importantes “coronéis”. O primeiro teve, na pessoa do coronel Feliciano Ferreira Tetéo, a mais importante figura do coronelismo macauense.

O litoral norte não esteve representado apenas pela figura do coronel Feliciano Ferreira Tetéo. Outros coronéis, como Antônio da Silva Coelho (Chico Coelho), Tristão Cisneiro de Góes e J.J. Valentim de Almeida foram coronéis que desempenharam importantes funções políticas, econômicas e sociais nos municípios onde estiveram presentes.

Um outro aspecto a se considerar diz respeito à maneira como os coronéis agiam. Eles não o faziam de forma homogênea. Existiam aqueles que eram tidos como homens “brabos”, valentes, corajosos, como foi o caso de Antônio da Silva Coelho (Chico Coelho) em Macau; outros eram tranquilos, calmos e não eram capazes de perseguir o seu maior rival, como foi o caso de J.J. Valentim de Almeida (Macau). Existia até coronel que era avesso à política, como foi o caso de João Rodrigues Ferreira de Melo (Joca de Melo), que teve sua área de atuação no município de Açu.

O exposto acima serve para registrarmos que, em Macau, o coronel Antônio da Silva Coelho (Chico Coelho) foi um dos patriarcas tido como homem valente e sincero.

---

<sup>58</sup> MELO, Manoel Rodrigues de. Op. cit., pp.113-114.

“Daqueles que era amigo, Chico Coelho era o melhor homem do mundo, como adversário não havia pior.”<sup>59</sup>

Baseado no que diz Manoel Rodrigues de Melo, podemos perceber uma das mais importantes características do coronelismo, o paternalismo, que estava intrínseco na pessoa de Chico Coelho. Como nos afirma Victor Nunes Leal, o coronel persegue aqueles que não seguem sua orientação política. São palavras do autor reproduzindo ditado popular: “para os amigos, pão; para os inimigos, pau.”<sup>60</sup>

Além dos coronéis Feliciano Tetéo e Chico Coelho, Macau contou com a presença de outros famosos coronéis. Dentre eles podemos citar: Tristão Cisneiro de Góes, natural de Apodi, que em 1893 transferiu-se para Macau; e J.J. Valentim de Souza, natural de Portugal e que ali viveu como comerciante e chefe político.

Foram esses homens que, durante a Primeira República, detiveram o domínio político e econômico em seus “feudos políticos”, municípios do Rio Grande do Norte. Eram eles os “protetores” da grande parcela da população norte-riograndense, que dependia deles (coronéis) para quase tudo, desde a moradia, a compra do remédio, a alimentação, a proteção policial no momento em que seus agregados infringiam a ordem social, e até mesmo nos dias das eleições, quando davam aos seus “eleitores” o transporte para se deslocarem para a cidade (local de votação), a comida, a roupa para vestir no dia da eleição, considerado dia de festa para seus apaniguados. Enfim, os “coronéis” tinham domínio sobre os demais grupos sociais que compunham a população dos seus “feudos políticos”. Eram eles que, em troca, requeriam dos seus agregados o voto para seus candidatos, pois, além da terra que lhe dava poder econômico, o voto é o que lhe daria poder político e o direito de reivindicar aos políticos do sistema situacionista estadual melhoramentos para seus municípios e fazer indicação de todos os cargos políticos em seus municípios.

Podemos dizer que era um verdadeiro pacto firmado entre os “coronéis”, agregados e políticos situacionistas do nosso estado. Os primeiros atendiam e davam proteção aos seus agregados e, em troca, recebiam o voto, que era transferido para a classe dominante do nosso estado. Assim sendo, o pacto firmado por três grupos da população criou condições

<sup>59</sup> Idem, p.118.

<sup>60</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 61



para que os municípios norte-riograndenses fossem transformados em verdadeiros “currais eleitorais” onde os “coronéis” detinham seus “votos de cabrestos”.<sup>61</sup>

Tomemos a figura de Tristão Cisneiro de Góes para compreendermos melhor como se dava esse pacto. Natural de Apodi, Cisneiro transferiu-se em 1893 para Macau, onde passou a participar da vida comercial daquele município. Comerciante com interesse na indústria, ele passou a intervir na política macauense em defesa dos interesses da pequena povoação de Pendências. Apesar de estar ligado ao comércio e a indústria, Cisneiro não ficou alheio à situação política do seu município. No decorrer da Primeira República, participou ativamente da vida política norte-riograndense. Em determinado momento ficou ao lado de políticos oposicionistas, como ocorreu em 1913, quando da realização da eleição para governador do estado entre o desembargador Ferreira Chaves (candidato situacionista) e o tenente Leônidas Hermes (candidato oposicionista), o qual teve como mentor de sua candidatura o capitão José da Penha), ficando Cisneiro ao lado do candidato oposicionista. No entanto, apesar de ser um “coronel” que teve seu campo de atuação na zona litorânea do nosso estado, Cisneiro militou politicamente junto aos governadores José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Farias, representantes da oligarquia seridoense. Junto a esses políticos situacionistas da capital, Cisneiro trabalhou pelo desenvolvimento não só de Macau como também pelo de Pendências. Através de sua ação junto a esses políticos, conseguiu a construção do prédio das escolas reunidas, bem como a construção da barragem de Pendência de Cima, a implantação da agência do correio e da linha telefônica, trazendo melhoramentos para aquele município; e em troca dava aos políticos da região os votos de seu “curral eleitoral”.<sup>62</sup>

Assim sendo, fica claro o sistema de reciprocidade realizado entre os “coronéis” e os políticos da situação norte-riograndense.

Faoro, ao relatar o sistema de reciprocidade realizado entre os “coronéis” e a classe dominante do estado, assim se pronuncia.

*“... aspecto importante do coronelismo,(...) o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no estado que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui em suma, o cofre das graças e o processo das desgraças.”<sup>63</sup>*

<sup>61</sup> Sobre o voto de cabresto, consultar SOARES NETO, Cícero José Alves. Op. cit., pp. 81-104 .

<sup>62</sup> MELO, Manoel Rodrigues. Op. cit., p.144.

<sup>63</sup> FAORO, Raimundo. Op. cit., p.632.

### 3.4 O Seridó e a força dos “coronéis”

Com a decadência da produção açucareira e a ascensão da cultura algodoeira na segunda década do século XX, os Albuquerque Maranhão perdiam gradativamente o poder econômico e conseqüentemente o poder político. A oligarquia Maranhão, liderada por Pedro Velho estava prestes, a perder o domínio político para uma outra oligarquia, representada pelos grandes produtores de algodão da região do Seridó. As eleições de José Augusto Bezerra e Juvenal Lamartine marcaram a ascensão da oligarquia Medeiros na política em nível estadual. Porém, nos municípios da região do Seridó, o domínio da política local cabia aos “coronéis”. Sobretudo nos municípios de Currais Novos e Acari, onde a liderança dos irmãos José Bezerra e Silvino Bezerra era incontestada. Para que os Albuquerque Maranhão dominassem o Rio Grande do Norte por mais de 25 anos, foi necessário firmar alianças com coronéis do Seridó e do oeste, o que revela o poder dos “coronéis” no Rio Grande do Norte.

Segundo Lindoso, ao assumir o governo do Rio Grande do Norte, Pedro Velho tratou logo de fazer alianças com os grandes “coronéis” das regiões do Seridó e Oeste do estado potiguar. Com isso, ele objetivava criar bases eleitorais seguras.<sup>64</sup>

Como vimos anteriormente, os “coronéis” estavam espalhados pelos mais diversos recantos do território potiguar. Em alguns lugares, tinha-se a presença mais efetiva desses homens, como em Macau e Currais Novos (localizado na zona seridoense do nosso estado). Independente de onde se encontravam, foram os “coronéis” que dominaram a política no território potiguar no decorrer da República Velha (1889-1930).

Cícero José Alves Soares Neto, que escreveu sobre o Seridó e “os votos de porteira batida”, retrata o domínio político dos coronéis na primeira fase do novo regime, ao dizer:

*“Durante quase toda a República Velha, Acari, Currais Novos, Florânea e Jardim do Seridó, municípios agrícolas, foram controlados pelos coronéis: Silvino Bezerra, José Bezerra (irmãos), João Toscano de Medeiros e Felinto Elísio, respectivamente, aonde se*

<sup>64</sup> LINDOSO, José Antonio Spinelli. Op. cit., p.17.

*localizavam suas propriedades; como todos os velhos chefes do Sertão, sua riqueza era a terra...*<sup>65</sup>

A citação anterior retrata como se dava o domínio político dos coronéis norte-riograndenses durante a República Velha. Os “coronéis”, proprietários de grandes fazendas, possuíam sobre os demais grupos sociais que compunham o seu “feudo político” o domínio econômico e político, pois essa parcela da população vivia em regime de submissão e dependência daquele que era seu “protetor”. Diante disso os “coronéis” norte-riograndenses eram donos de verdadeiros “currais eleitorais” e comandavam muitos “votos de cabresto”.

### **3.5 Coronel José Bezerra de Araújo Galvão, o chefe incontestado do Seridó**

Dentre os grandes patriarcas que habitaram e dominaram a região do Seridó norte-riograndense, estava o coronel José Bezerra de Araújo Galvão, o qual recebeu da população de Currais Novos e dos municípios circunvizinhos várias denominações, dentre elas a de “seu coroné”, “Coroné Zé Bezerra” e “Coroné Zé Bezerra d’Aba da Serra.”

Foi o “Coroné Zé Bezerra”, “protetor” da sua gente, da sua terra, e da sua região, na qual estava encravado o município de Currais Novos, sua terra natal. A população vivia tranqüila, pois tinha, na pessoa do patriarca José Bezerra, uma espécie de “muralha” para tudo de ruim que por ventura viesse a acontecer. “Proteger” sua terra e sua gente era uma honra para o maior chefe da história do Seridó. Assim foi quando da passagem de Antônio Sílvino (famoso cangaceiro) pelos arredores de Currais Novos, ocasião em que lhe pediu licença para entrar naquele município, o que de imediato foi negado pelo chefe absoluto do Seridó.

Manoel Rodrigues de Melo relata o episódio em sua obra Patriarcas e Carreiros ao dizer:

<sup>65</sup> SOARES NETO, Cícero José Alves. Op. cit.,p.117.

*“... passando certa vez nos arredores de Currais Novos, Antônio Silvino mandou pedir permissão para entrar na cidade. O Coronel José Bezerra respondeu negativamente, e determinou o lugar fora da cidade onde poderia sem medo descansar com seus cabras. O bandoleiro famoso aceitou a indicação e não mudou de atitude. Descansou e seguiu viagem...”<sup>66</sup>*

As mudanças realizadas na legislação eleitoral advindas da implantação do novo regime contribuíram para que ocorresse ampliação do número de votantes da população curraisnovense, fato que não acontecia na época do Regime Imperial, em que o voto era censitário, restringindo-se a poucos o direito de votar. Isso tudo veio proporcionar aos “coronéis” do interior do nosso estado a possibilidade de ampliarem seu domínio político sobre parcela da população que dependia economicamente desses senhores para sobreviver.

Assim sendo, os “coronéis” norte-riograndenses passaram a ter papel fundamental na escolha dos deputados, senadores e governadores do nosso estado.

Possuidor da admiração dos que compunham a sociedade curraisnovense e dos municípios circunvizinhos, o coronel José Bezerra possuía um verdadeiro “curral eleitoral”, fazendo com que a maioria dos habitantes daqueles municípios seguissem sua orientação política.

De posse dos “currais eleitorais” e dos “votos de cabresto”, o coronel José Bezerra era cobiçado pelos políticos situacionistas do estado potiguar, pois eles sabiam que o apoio do “Coroné Zé Bezerra” era fundamental para suas vitórias nos “feudos políticos”, que seguiam a orientação do “coronel”. Foi assim em 1913, quando da realização das eleições para governador entre o Senador situacionista Ferreira Chaves e o Dr. Leônidas Hermes, filho do Presidente Hermes da Fonseca, que tinha no deputado José da Penha seu representante máximo nas terras potiguares.

Apesar de estar receoso com o Senador Ferreira Chaves, o qual fazia uma verdadeira peregrinação pelos municípios norte-riograndenses em busca de voto, o coronel José Bezerra foi ao encontro dele, atendendo a pedido do seu irmão, Silvino Bezerra (chefe político de Acari). Desse encontro podemos deduzir a força política do coronel José Bezerra, em Currais Novos e em toda região Seridó. Manoel Rodrigues de Melo relata a conversa entre o “coronel” e o candidato ao governo do estado, ao narrar:

<sup>66</sup> MELO, Manoel Rodrigues de. Op. cit., p.27

*“... amanhã, o senhor passará em Currais Novos, município de que sou representante; ali não haverá foguete, banquete, falação e é provável que não lhe apareça ninguém com intuito de manifestação: vai o senhor se hospedar na casa do meu sobrinho Sérvulo Pires. Porque o senhor anda aqui atrás de voto e não de manifestações política; tenho no meu município o que outro no Estado provavelmente não tenha 800 eleitores que tenho em Currais Novos são seus de “porteira batida” e mais nos municípios vizinhos que ouvirem minha orientação política...”<sup>67</sup>*

Dessa forma, o coronel José Bezerra tinha força política e econômica não só em Currais Novos, mas em toda a região Seridó, tornando-se uma espécie de equilíbrio, do qual dependia o triunfo dos partidos políticos quando das arriscadas e disputadíssimas batalhas eleitorais.

Podia ser equiparado aos “Barões feudais”, decidindo tudo, mandando em tudo, obrigatoriamente ouvido, consultado desde o caso da questão da terra até a da moça “fugida” ou “ofendida”. Exercia múltiplas funções em seu feudo político, desde o juiz, delegado, padre, médico e “protetor” dos mais fracos. Daí o grande prestígio que o coronel possuía diante da população que via nele o “protetor” de suas vidas.

Governo não intervinha na segurança do seu município nem nos municípios circunvizinhos. O coronel José Bezerra, através dos seus homens de confiança, protegia Currais Novos e toda a região do Seridó.

Segundo Manoel Rodrigues de Melo, durante o tempo em que José Bezerra viveu, Currais Novos nunca foi policiado por força do governo. Os seus homens de confiança eram os guardiões da segurança da cidade, do município e da redondeza, afirma o autor. Tudo isso lhe trouxe prestígio e força moral perante a população do seu município e do estado.<sup>68</sup>

O coronel José Bezerra não era “protetor” apenas dos seus apaniguados locais. Detentor de um grande círculo de amizade no vizinho estado da Paraíba, José Bezerra ajudava a “coronéis” paraibanos quando os mesmos se encontravam em dificuldades. Foi assim com o Coronel José Antônio Maria da Cunha Lima (Areia-PB), quando este teve de protestar contra a formação da junta governativa na Paraíba. Naquela ocasião, o coronel José Bezerra mandou 300 (trezentos) homens para auxiliá-lo. Também recebia dos seus amigos “coronéis” da terra de José Lins do Rêgo homens que tinham praticados crimes e

<sup>67</sup> Idem, p.77

<sup>68</sup> Idem, p.84

que não podiam ficar naquele território. Nesses casos o coronel José Bezerra impunha algumas restrições que Manoel Rodrigues de Melo assim descreve:

*“... criminoso de morte em legítima defesa tinha sempre o seu amparo; criminoso por defloramento ou roubo jamais encontrava apoio de sua parte; mesmo assim impunha ao primeiro não andar armado, não andar em lugar público, não freqüentar reuniões, terços, bailes. Qualquer desobediência a essas regras seria punida com prisão. Em compensação, dava-lhe trabalho, na agricultura, até que a situação do município onde se dera o crime permitisse recolhê-lo e livrá-lo por ocasião do júri.”<sup>69</sup>*

O prestígio advindo da condição social e econômica, sobretudo de grande proprietário de terra, fazia com que os habitantes do Seridó vissem no coronel José Bezerra uma espécie de “protetor”. Para toda aquela gente, mais especificamente para os seus apaniguados, José Bezerra pode ser considerado um dos maiores patriarcas que o nosso estado acolheu durante a República Velha (1889-1930). Foi tão grande a sua influência em Currais Novos que, após sua morte, Melo se pronuncia:

*“... Depois do Coronel José Bezerra, repito, Currais Novos não teve mais um chefe. O seu lugar era impreenchível e está impreenchível. Continua, porém, ele a chefiar Currais Novos, pela sua memória perpetuada no bronze na praça pública, como na consciência de todos os cidadãos.”<sup>70</sup>*

Recebendo o respeito e admiração da maioria dos habitantes da sua terra natal, como foi o caso de José Bezerra (Currais Novos), Silvino Bezerra (Acari), Feliciano Ferreira Tetéo (Macau) e Ezequiel Vergelino de Souza (Santa Cruz), os coronéis norte-riograndense tiveram importante papel nas disputas eleitorais no decorrer da Primeira República.

---

<sup>69</sup> Idem, p.76

<sup>70</sup> Idem, p.46

### 3.6 Os “coronéis” e as eleições durante a Primeira República (1889-1930)

Como eram realizadas as eleições na República Velha ? Qual a influência do Coronel no resultado das eleições ? Que manobras estes “coronéis” realizavam para que seus candidatos saíssem vitoriosos nas disputas eleitorais ? Respostas dadas a perguntas como essas nos levam a compreender a influência do “coronel” norte-riograndense nas eleições durante a primeira fase do regime republicano.

“O mínimo que se pode dizer sobre as eleições da Primeira República é que constituíam verdadeiras farsas”.<sup>71</sup> É assim que Pang entendia como se dava o processo eleitoral na Primeira República. Para o autor, as eleições eram mera reprodução da vontade do grupo dominante.

Na Primeira República, a disputa pela vitória eleitoral começava com o registro dos eleitores. Em cada município ou comarca, eram organizadas três comissões para promover as eleições: uma comissão de registro (junta de alistamento), uma comissão eleitoral executiva (junta ou mesa eleitoral) e uma comissão de apuração (junta de apuração). Essas juntas eram compostas pelo juiz da comarca, nomeado pelo governador (juiz de direito), um juiz municipal, eleito pelos munícipes e membros escolhidos dentro do eleitorado local.

Pelo exposto, percebe-se que o controle das eleições ficava nas mãos do partido situacionista, uma vez que a maior autoridade no processo eleitoral era o juiz de direito, o qual era nomeado pelo governador do estado, ficando dessa forma submisso ao mesmo.

No tocante ao Rio Grande do Norte, os “coronéis” dominaram a política durante a República Velha (1889-1930). Eram eles que controlavam as eleições, fazendo com que os políticos situacionistas obtivessem resultados positivos nos seus “feudos políticos”.

Tendo domínio total sobre os demais grupos sociais que compunham os seus “currais eleitorais”, os “coronéis” controlavam as eleições, as quais passavam a ser meras reproduções dos resultados preparados pelos donos da política na época.

Com a finalidade de obterem resultados satisfatórios nas eleições, os “coronéis” utilizavam-se de procedimentos como o controle no alistamento dos eleitores, eleições a “bico de pena”, além de intervirem nas mesas eleitorais e controlaram-nas. Quando essas ações tornavam-se insuficientes, utilizavam-se de práticas mais severas, como a intimidação aos eleitores e a violência. Tudo isso tinha um único objetivo: evitar que os

<sup>71</sup> PANG, Eul-Soo. Op. cit., p. 34.

mesmos viessem perder o domínio político nos seus respectivos “feudos”. Foi dessa forma que os “coronéis” norte-riograndenses dominaram as eleições e conseqüentemente a política do Rio Grande do Norte até o advento da Revolução de 1930.

Uma das primeiras providências que os “coronéis” tomaram para manter o domínio sobre seus eleitores, após a implantação do regime republicano, e procurando superar as mudanças advindas da nova Legislação eleitoral, foi controlando o alistamento eleitoral.

Para Cícero José Alves Soares Neto, o procedimento de inscrição (ou revisão) eleitoral foi o primeiro mecanismo utilizado pelos “coronéis” para obterem o controle do processo eleitoral e assim alcançarem resultados eficientes nas eleições durante a República Velha, pois através do alistamento eleitoral só eram aceitos os pedidos de eleitores que pertencessem ao grupo político que detinha a situação local.<sup>72</sup>

Para que os coronéis tivessem maior controle dos seus eleitores, foi criada a lista completa e nominal de todos os cidadãos votantes nos diferentes municípios do Rio Grande do Norte, pois ela era verdadeira “arma” nas mãos dos “coronéis”, os quais tinham como marcar aquelas pessoas que consideravam sua e desta forma controlar os votos de cada um dos seus dependentes. Assim sendo, o alistamento ou revisão eleitoral, no decorrer da Primeira República, tinha um único objetivo: excluir aqueles cidadãos que não se identificassem com a política local dominante.

Além do controle do alistamento eleitoral era necessário que os “coronéis” tivessem o domínio sobre as mesas eleitorais, as quais tinham papel de suma importância no recebimento dos votos e no resultado das eleições.

As mesas eleitorais, as quais eram compostas por membros nomeados pelos intendentess que detinham o poder municipal e por partidários do governo ou, no mínimo, por funcionários públicos que temendo ser perseguidos ou demitidos, praticavam todo tipo de irregularidade.

Com o controle das mesas eleitorais em suas mãos, os “coronéis” tinham por certa a vitória dos seus candidatos nos seus respectivos “currais eleitorais”. Era tão importante se ter o controle das mesas eleitorais, que Amaro Cavalcanti afirmava que “quem tem as mesas faz as eleições.”<sup>73</sup>

<sup>72</sup> SOARES NETO, Cícero José Alves. Op. cit., p.86

<sup>73</sup> Apud BUENO, Almir de Carvalho. Op. cit., p.77

## CONCLUSÃO

O fenômeno coronelista ocorreu em todo território brasileiro, e teve seu apogeu no decorrer da Primeira República (1889-1930).

No Rio Grande do Norte o “mandonismo” tem suas raízes nos primórdios da colonização, quando aqui chegaram os primeiros representantes do governo português, a quem foram doadas grandes extensões de terras, as chamadas capitânicas hereditárias.

Durante a Primeira República, o território potiguar apresentava uma economia bastante fraca e uma população basicamente rural, fato este que veio proporcionar o domínio dos grandes proprietários de terra, (fazendeiros de algodão) nas regiões do Seridó e oeste, e agricultores, comerciantes agro-exportadores no litoral. Foi também neste período que as oligarquias, Albuquerque Maranhão (“coronéis do açúcar”) e os Medeiros do Seridó (“coronéis do algodão”) dominaram a economia e a política norte-riograndense.

Os “coronéis” encontravam-se espalhados pelas mais diversas regiões do Rio Grande do Norte, desde o litoral (sul e norte) ao Seridó e oeste. Encontravam-se em maior número nessas últimas regiões. Porém, no litoral norte, mas precisamente nos municípios de Macau e Pendências, tivemos a presença de importantes figuras do coronelismo, como foi o caso de J.J. Valentim de Souza e Tristão Cisneiro.

Na região Seridó do Rio Grande do Norte, dentre muitos “coronéis” que ali viveram em seus “feudos” políticos, marcou a figura do coronel Zé Bezerra, o qual foi uma espécie de “líder” daqueles que estavam ligados a ele pelo compadrio, pois dele também dependiam para sobreviver. Tendo sob seu domínio muitos “votos de cabresto” e vários “currais eleitorais”, era o coronel Zé Bezerra “cobiçado” pelos políticos governistas do estado, uma vez que seu prestígio político ia além da sua terra natal, Currais Novos.

Portanto, foram os “coronéis” norte-riograndenses que dominaram as eleições no decorrer da República Velha (1889-1930), controlando o alistamento eleitoral, as mesas eleitorais, tudo isso com o objetivo de tornar os candidatos governistas vitoriosos nos pleitos eleitorais. Quando essas ações não impediam o avanço da oposição, os coronéis utilizavam-se de práticas fraudulentas como as eleições à “bico de pena”, e a violência. Assim sendo, o resultado das eleições no decorrer da primeira República, era mera reprodução da vontade dos “coronéis”.



## BIBLIOGRAFIA

AYRTON, José. **Da brejeira ao rabo de palha**: uma história dos governos do Rio Grande do Norte. Natal: Cooperativa dos jornalistas de Natal, 1986.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. 4. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1981.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões da República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). 1999. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: BORIS, Fausto (Dir). **História da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1989, v.8.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: evolução política (1889-1930).

\_\_\_\_\_. **A República Velha**: instituições e classes sociais. 4. ed. São Paulo, Difel, 1978.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da República do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. do Val, 1965.

DEAN, Warrer. A industrialização durante a República Velha. In: Boris, Fausto (Dir.). **História da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. v.8.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1975. v.2.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: \_\_\_\_\_. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. v.8.

FRAGOSO, João Luiz. et al. **História geral do Brasil**: da colonização portuguesa à modernização autoritária, 3. ed., Rio de Janeiro: Campos, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**, 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na República Velha**. Natal: CCHLA, 1992.

LINS, Wilson. et al. **Coronéis e oligarquias**. Salvador: Universidade Federal da Bahia: Ianamá, 1988.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1921.

MEDEIROS, Tarcisio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRRN, 1973.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Patriarcas e carreiros: influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do nordeste**. 3. ed. Natal: Ed. Universitária da UFRN, 1985.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução a História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRRN, 2000.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. As classes médias. In: Fausto, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. v.9.

POMBO, Rocha. **Historio do Rio Grande do Norte**. [s.n.t.].

PRADO, Maria Ligia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira na Primeira República. In: Fausto, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. v. 8.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: Boris, Fausto (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. v.8.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XX**, Natal: Clímax, 1994.

SOARES NETO, Cícero José Alves. **O Seridó e “os votos de porteira batida”**. 1984. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUZA, Itamar de. **A república Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1989.